



Disponibilizado no D.E.: 08/04/2021  
Prazo do edital: 03/05/2021  
Prazo de citação/intimação: 24/05/2021

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA ESTADUAL**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**  
**3ª Vara Cível da Comarca de Joinville**

Av. Hermann August Lepper, 980 - Bairro: Saguauçu - CEP: 89221902 - Fone: (47) 3130-8617 - Email: joinville.civel3@tjsc.jus.br

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5049005-45.2020.8.24.0038/SC**

**AUTOR:** AMBIENTEC CONSULTORIA DE SEGURANCA E HIGIENE DO TRABALHO S/S LTDA - EPP (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

**EDITAL Nº 310012753794**

**JUIZ DO PROCESSO:** Rafael Osorio Cassiano - Juiz(a) de Direito

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE AMBIENTEC CONSULTORIA DE SEGURANCA E HIGIENE DO TRABALHO S/S LTDA – EPP**

EDITAL DO ART. 52, § 1º, DA LEI 11.101/2005

EDITAL DE CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS

Autos nº 50490054520208240038

Autora: AMBIENTEC CONSULTORIA DE SEGURANCA E HIGIENE DO TRABALHO S/S LTDA – EPP

Conteúdo e Objetivo: Em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, serve o presente edital para dar conhecimento a todos os credores e demais interessados que o MM. Juiz de Direito RAFAEL OSORIO CASSIANO, da 3ª Vara Cível da Comarca de Joinville – Santa Catarina, deferiu o processamento da recuperação judicial requerida por AMBIENTEC CONSULTORIA DE SEGURANCA E HIGIENE DO TRABALHO S/S LTDA – EPP. Ficam os credores advertidos de que, pelo disposto no §1º do artigo 7º da Lei 11.101/2005, terão o prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital para apresentar diretamente ao Administrador Judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados. Endereços do Administrador Judicial nomeado: EXCELLENZA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.388.940/0001-60, com sede a Rua dos Ginásticos, nº 126, Conj. 01, Sala 02, Centro, do Município de Joinville/SC, telefones: (47) 3804-4367 e (47) 9 9978-1802. Será admitida a remessa digital através do e-mail adm.judicial@excellenza.com.br ou através do site: www.excellenza.com.br, contendo a assinatura eletrônica do remetente no documento a ser enviado. Contém o presente edital o resumo do pedido, a decisão de deferimento da recuperação judicial e a relação nominal de credores, com a discriminação do valor atualizado e a classificação de cada crédito. RESUMO DO PEDIDO: Requereu o processamento da recuperação judicial, objetivando, em síntese, viabilizar a superação da crise econômico-financeira enfrentada, causada especialmente pela crise econômica nacional, queda de receita, posicionamento da empresa abaixo do ponto de equilíbrio e consequente falta de cobertura dos custos, inadimplência de clientes e endividamento. Ao final, solicitaram as providências contidas no art. 52 da Lei 11.101/2005. DISPOSITIVO DA DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO: “Ante o exposto: I. INDEFIRO o pedido de tutela provisória. II. DEFIRO o pedido de processamento da recuperação judicial da requerente AMBIENTEC CONSULTORIA DE SEGURANCA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA, nos termos do art. 52 da Lei n. 11.101/05. III. Por conseguinte, nomeio como Administrador Judicial a EXCELLENZA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 30.388.940/0001-60, com sede na Rua dos Ginásticos, n. 126, Conj. 01, Sala 02, Centro, Joinville/SC, representada por Lucas Rafael G. C. Cidral, advogado inscrito na OAB/SC n. 46.240, nos termos dos arts. 21 e 52, inciso I, da Lei n. 11.101/05. Faculto ao administrador judicial a apresentação de proposta de remuneração para posterior apreciação e fixação judicial, que se dará nos limites do art. 24 da Lei n. 11.101/05. Fica consignado que a remuneração total do Administrador Judicial será fixada ao final do presente feito, de acordo com disposto no art. 63, I, da Lei n. 11.101/05, observando-se os critérios estabelecidos no art. 24, § 1.º, do mesmo Diploma. Expeça-se e digitalize-se o termo de compromisso e, após, intime-se o representante legal do Administrador Judicial para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso de que trata o art. 33 da Lei n. 11.101/05. IV. Oficie-se ao Registro Público de Empresas para que seja anotado o deferimento da recuperação judicial das requerentes nos seus respectivos atos constitutivos. Acrescente-se nos registros e na autuação deste feito, após os nomes empresariais da autora, a expressão “em Recuperação Judicial” (Art. 69). V. Determino, ainda: a) A dispensa das certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, devendo ser observado o disposto no art. 69 da Lei n. 11.101/05. b) A suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6.º da Lei n. 11.101/05, permanecendo os respectivos autos nos Juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1.º, 2.º e 7.º-A e 7.º-B do mencionado art. 6.º e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3.º e 4.º do art. 49 do mesmo Diploma Legal. Frise-se que caberá à parte autora a comunicação sobre a suspensão das eventuais ações, na forma determinada no parágrafo anterior, aos respectivos juízos (Art. 52, § 3.º). c) A apresentação, pela parte requerente, das contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. d) A intimação do Ministério Público e a comunicação, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios nos quais a parte autora possui estabelecimento. e) Que a parte requerente apresente, no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da presente decisão, sob pena de convalidação em falência, o plano de recuperação judicial, observando-se o disposto no art. 53, I, II e III, da Lei n. 11.101/05. VI. Consoante o previsto no art. 52, § 1.º, da Lei n. 11.101/05, expeça-se edital, com prazo de 15 (quinze) dias, para publicação no órgão oficial, o qual deverá conter: a) o resumo do pedido formulado na inicial e da presente decisão; b) a relação nominal dos credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; c) a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7.º, § 1.º, da Lei n. 11.101/05 (15 dias), e para que o credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pela parte autora, nos termos do art. 55 do mesmo Diploma Legal (30 dias). Intimem-se e cumpra-se”. Faz saber, ainda, que a recuperanda apresentou a seguinte relação de credores: CLASSE III – QUIROGRAFÁRIOS (NOME – CPF/CNPJ – VALOR): Banco Bradesco S/A - 60.746.948/0001-12 - R\$ 401.991,47; Banco do Brasil S/A - 00.000.000/0001-91 - R\$ 42.812,01 - Caixa Econômica Federal - 00.360.305/0001-04 - R\$ 255.160,33 - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - SICREDI Norte SC - R\$ 1.177.862,41; L.J. Celli Imóveis Ltda - 81.662.512/0001-15 - R\$ 1.600,00; Liberato Teleinformática Ltda - 05.84.332/0001-84 - R\$ 440,00; Marcelo Roberto Cabral Reinhold Sociedade Individual de Advocacia - 28.903.690/0001-08 - R\$ 5.000,00; Meta Gestão Contábil Ltda - 24.951.245/0001-62 - R\$ 4.153,16; Singular Sol. Em Cons. E Inov. Em Saúde, Segurança e Meio Ambiente Ltda - 31.654.323/0001-22 - R\$ 267,60; UNIMED de Joinville Cooperativa de Trabalho Médico - 82.602.327/0005-21 - R\$ 5.500,00. TOTAL CLASSE III: R\$ 1.894.786,98. CLASSE IV - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (NOME – CPF/CNPJ – VALOR): Meta Sistemas de Informática Ltda - 09.280.402/0001-61 - R\$ 130,02; RND Consultoria - 12.538.218/0001-83 - R\$ 3.000,00. VALOR TOTAL CLASSE IV: R\$ 3.130,02. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 01 (uma) vez na forma da lei.



Disponibilizado no D.E.: 08/04/2021  
Prazo do edital: 03/05/2021  
Prazo de citação/intimação: 24/05/2021

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA ESTADUAL**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**  
**3ª Vara Cível da Comarca de Joinville**

Documento eletrônico assinado por **DANIELA KREBS DE SOUZA ZAMPIERI**, Servidora de Cartório, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **310012753794v6** e do código CRC **51da9239**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): DANIELA KREBS DE SOUZA ZAMPIERI

Data e Hora: 8/4/2021, às 7:34:23

---

5049005-45.2020.8.24.0038

310012753794.V6